



MONITORAMENTO, PERFORMATIVIDADE E HIPERBUROCRACIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL CEARENSE

Monitoring, performativity, and hyperbureaucracy: a critical analysis of the Integrated School Management System in the educational administration of Ceará

Monitoreo, performatividad e hiperburocracia: un análisis crítico del Sistema Integrado de Gestión Escolar en la administración educativa cearense

Otávio Vieira Sobreira Júnior¹, Hilcélia Saboia Parente², Luiza Mara de Araújo Braga Vasconcelos³, Renata Passos Machado Vieira⁴

Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro - RJ, Brasil

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir criticamente sobre o processo de atuação (*policy enactment*) do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) no cotidiano das escolas da Rede Estadual de Ensino do Ceará, explorando como esse sistema é interpretado e transformado pelos gestores, e problematizando sua articulação com as demandas por performance e monitoramento. O estudo adota a pesquisa-(auto)biográfica, na modalidade pesquisa-formação, ancorada na vivência profissional dos autores. O referencial teórico mobiliza a perspectiva da atuação de políticas (*policy enactment*) de Stephen Ball para analisar o uso da tecnologia na gestão pública. Constatou-se que o SIGE oferece um arcabouço robusto para a sistematização de dados, instrumentalizando o planejamento e a tomada de decisões. Contudo, sua inserção reforça a lógica de cadeia de entrega (*delivery chain*) e performatividade, transformando a escola em um centro de cálculo e estabelecendo um sistema de regulação pautado em métricas de desempenho. O sistema evidencia tensões, como a rigidez diante das especificidades de modalidades como os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), resultando em hiperburocracia e risco de controle centralizado. A análise crítica da atuação do SIGE revela que, para que a ferramenta promova uma gestão emancipatória e com equidade, seu uso efetivo exige a apropriação crítica por parte dos atores escolares. É fundamental que o acompanhamento do SIGE seja fundamentado teoricamente e sensível às realidades, promovendo reflexividade e resistência ativa contra a redução da educação à gestão de indicadores.

Palavras-chave: Gestão da escola; *Accountability*; Indicadores educacionais; Administração dos sistemas de ensino.

ABSTRACT

This article aims to critically reflect on the policy enactment process of the Integrated School Management System (SIGE) in the daily routine of Ceará State Schools, exploring how the system is interpreted and transformed by managers, and discussing its articulation with demands for performance and monitoring. The study adopts (Auto)biographical Research, in the Research-Training modality, grounded in the authors

¹ Universidade Estácio de Sá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Doutorando em Educação. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-6048-7349>. E-mail: otavio.sobreira@prof.ce.gov.br.

² Universidade Estácio de Sá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestranda em Educação. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0002-5449-1362>. E-mail: hilcelia.saboia@prof.ce.gov.br.

³ Universidade Estácio de Sá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestranda em Educação. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0009-7337-1391>. E-mail: mara.vasconcelos@prof.ce.gov.br.

⁴ Universidade Federal do Ceará – UFC, Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Doutora em Ensino de Ciências e Matemática. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-1966-7097>. E-mail: renata.vieira1@prof.ce.gov.br.

professional experience as school managers. The theoretical framework mobilizes Stephen Ball's policy enactment perspective to analyze the use of technology in public management. It is found that SIGE offers a robust framework for data systematization, instrumentalizing planning and decision-making. However, its insertion reinforces the logic of the delivery chain and performativity, transforming the school into a center of calculation and establishing a regulation system based on performance metrics. The system shows tensions, such as rigidity regarding the specificities of modalities like Youth and Adult Education Centers, resulting in hyperbureaucracy and a risk of centralized control. The critical analysis of SIGE enactment reveals that, for the tool to promote emancipatory and equitable management, its effective use requires critical appropriation by school actors. It is essential that SIGE monitoring is theoretically grounded and sensitive to realities, promoting reflexivity and active resistance against reducing education to indicator management.

Keywords: School management; Accountability; Educational indicators; Educational systems administration

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar críticamente sobre el proceso de actuación de políticas (policy enactment) del Sistema Integrado de Gestión Escolar (SIGE) en el cotidiano de las Escuelas Estatales de Ceará, explorando cómo el sistema es interpretado y transformado por los gestores, y problematizando su articulación con las demandas por performance y monitoreo. El estudio adopta la Investigación (Auto)biográfica, en la modalidad Investigación-Formación, anclada en la vivencia profesional de los autores como gestores escolares. El marco teórico moviliza la perspectiva de actuación de políticas (policy enactment) de Stephen Ball para analizar el uso de la tecnología en la gestión pública. Se constata que el SIGE ofrece un marco robusto para la sistematización de datos, instrumentalizando la planificación y la toma de decisiones. Sin embargo, su inserción refuerza la lógica de la cadena de entrega (delivery chain) y performatividad, transformando la escuela en un centro de cálculo y estableciendo un sistema de regulación basado en métricas de desempeño. El sistema evidencia tensiones, como la rigidez ante las especificidades de modalidades como CEJA, resultando en hiperburocracia y riesgo de control centralizado. El análisis crítico de la actuación del SIGE revela que, para que la herramienta promueva una gestión emancipadora y con equidad, su uso efectivo requiere la apropiación crítica por parte de los actores escolares. Es fundamental que el monitoreo del SIGE esté fundamentado teóricamente y sea sensible a las realidades, promoviendo reflexividad y resistencia activa contra la reducción de la educación a la gestión de indicadores.

Palabras clave: Gestión escolar; Accountability; Indicadores educacionales; Administración de los sistemas educativos.

INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará tem se destacado na vanguarda educacional no cenário nacional, impulsionando projetos para a educação cearense. Em meio às inovações, às necessidades e aos desafios de uma sociedade moderna, a Secretaria da Educação (SEDUC) implantou em meados de 2008 o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), concebido como uma ferramenta de gestão essencial para a coleta, monitoramento, acompanhamento e sistematização de informações e indicadores educacionais, sendo estes entendidos como instrumentos quantitativos ou qualitativos que permitem mensurar, monitorar e avaliar diferentes aspectos da educação, como acesso, permanência, qualidade, equidade e eficácia dos processos e resultados educacionais (Brasil, 2004).

A princípio, o objetivo primordial dessa ferramenta seria otimizar o fluxo de dados e apoiar a gestão escolar em diversos aspectos inerentes ao dia a dia de uma escola como a gestão acadêmica dos estudantes, a lotação de professores, o acompanhamento e monitoramento de inscrições, participação e resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), informações sobre rede física, aquisição de

materiais, organismos colegiados, dentre outras utilidades, como mostrado na Figura 1, que corresponde à tela inicial, contendo todos os módulos.

Figura 1 – Tela inicial do SIGE, evidenciando todas as funcionalidades disponíveis do Sistema



Fonte: Ceará (2024b).

É essencial destacar que a grande maioria dos conjuntos de informações presentes no SIGE são recolhidas, registradas e, em alguns casos, gestadas nas próprias unidades escolares por meio do trabalho de diretores, coordenadores escolares, secretários e professores. Entretanto, surge como questionamento, sendo, portanto, a questão norteadora: até que ponto o SIGE é mais uma ferramenta de controle da Escola e consequente redução de sua autonomia?

Nesse mister, neste artigo tem-se como objetivo refletir criticamente sobre o processo de atuação do SIGE no cotidiano das escolas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Ceará, explorando como o sistema pode ser interpretado, traduzido e transformado principalmente pelos gestores escolares, superintendentes e demais atores, em seus respectivos contextos, além de problematizar como se articula com as demandas por performance e monitoramento e as dinâmicas, nem sempre lineares, que emergem da sua utilização na prática.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho se insere no campo da pesquisa qualitativa com abordagem crítico-reflexiva, adotando a pesquisa (auto)biográfica, na modalidade pesquisa-formação, como método de investigação. Essa escolha metodológica justifica-se por permitir a análise das experiências vividas pelos autores, reconhecendo o potencial formativo e analítico do "dizer de si" (Passeggi, 2011). O estudo está ancorado na vivência profissional dos autores enquanto gestores escolares e junto à SEDUC, bem como seus trabalhos intrinsecamente ligados à equipe da Superintendência Escolar.

O estudo parte de uma problematização situada da realidade, construída a partir da observação direta e da experiência acumulada no uso do SIGE e da gestão educacional. Essa postura epistemológica coaduna-se com os pressupostos da pesquisa qualitativa, em que o pesquisador parte de sua prática para refletir criticamente sobre o contexto educacional (André, 2005; Basso, 2012). O referencial teórico crítico foi mobilizado como lente de análise para compreender as implicações, limites e possibilidades do uso desses sistemas no cotidiano da gestão pública, utilizando-se, principalmente, da literatura sugerida na Disciplina Epistemologia da Pesquisa em Políticas Educacionais de um Doutorado em Educação.

Com o propósito de apreender a complexidade que envolve a atuação do SIGE no cotidiano escolar, esta pesquisa se fundamenta em referenciais teóricos que possibilitam ultrapassar uma compreensão meramente instrumental ou técnica da tecnologia. Adota-se, nesse sentido, a perspectiva da atuação de políticas (*policy enactment*), proposta por Stephen Ball, como lente analítica para compreender de que modo o SIGE é interpretado, traduzido e transformado nas escolas (Ball; Maguire; Braun, 2016).

O conceito de *policy enactment* define as políticas educacionais como processos interpretativos e práticos, nos quais os atores escolares recriam, traduzem e adaptam as políticas conforme seus contextos, experiências e condições locais (Ball; Maguire; Braun, 2016). Essa abordagem reconhece o papel ativo dos profissionais da educação no processo de “fazer” a política, ao compreender que as políticas não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas e traduzidas na prática.

SIGE E A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE A PROMESSA DA EFICIÊNCIA E OS DESAFIOS DO COTIDIANO

O SIGE é amplamente reconhecido como uma ferramenta estruturante para a realização de tarefas administrativas e pedagógicas de natureza básica nas unidades escolares. Embora represente avanços significativos na consolidação e no uso sistemático de informações educacionais, sua implementação inicial foi acompanhada de resistências, especialmente diante da introdução de novas abas e funcionalidades que ampliam o volume de dados exigidos.

A pesquisa autobiográfica, ancorada na vivência dos gestores, revela que o uso cotidiano do sistema evidencia limitações que requerem análise crítica. Nota-se, por exemplo, sua inadequação para o registro de notas em contextos específicos, notadamente nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e Centros Cearenses de Idiomas (CCI), onde as particularidades pedagógicas e organizacionais não são, até presente data, plenamente contempladas pelas lógicas operacionais do sistema.

O estudo de sistemas de informação e gestão educacional, como o SIGE, insere-se no campo da pesquisa em política educacional. Este campo, no Brasil, embora em processo de expansão e busca de consolidação, ainda requer aprofundamento teórico e epistemológico constante (Mainardes, 2018; Moreira, 2017). Assim, a análise desses sistemas torna-se especialmente relevante diante das tendências atuais da política educacional, marcadas pela ênfase na performatividade, na gestão por resultados e na adoção de novas formas de governança e *accountability* (Ball, 2007). A governança, neste sentido, refere-se

à articulação de diferentes atores e dispositivos técnicos que operam a regulação das políticas educacionais, com destaque para a descentralização e a atuação de agentes privados e não estatais (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Nesse contexto, Ball (2007) argumenta que as formas de governança educacional sofreram transformações significativas com a ascensão do neoliberalismo. O autor aponta uma transição dos modelos tradicionais, baseados no governo centralizado, para arranjos mais descentralizados, em rede e sustentados por contratos, características da chamada “nova gestão pública” (*new public management*).

Nessa lógica, a *accountability* emerge como um dos principais dispositivos da governança neoliberal e pode ser entendida como um mecanismo central dessa governança, baseado em métricas, responsabilização e performatividade, que reorganiza práticas e subjetividades no interior das escolas (Ball; Maguire; Braun, 2016). Essa dinâmica impõe um novo regime de verdade e de regulação da conduta dos profissionais da educação.

Essa compreensão é aprofundada por Ball, Maguire e Braun (2016), ao evidenciarem que os sistemas digitais de gestão, como o SIGE, não são ferramentas neutras, tampouco operam por meio de uma implementação linear e hierárquica. Ao contrário, integram o processo de atuação (*enactment*) das políticas no cotidiano das escolas. *Enactment* faz referência ao modo como as políticas educacionais são interpretadas, traduzidas e colocadas em prática pelos atores locais, especialmente nas escolas (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Essa perspectiva recusa visões simplificadas de implementação, ao reconhecer que as políticas são constantemente reinterpretadas e reconstruídas pelos atores envolvidos. Ao mesmo tempo, tais sistemas contribuem para a consolidação de uma governança performativa, em que escolas e profissionais são pressionados a responder a metas, indicadores e resultados, moldando uma cultura de prestação de contas (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Essa articulação da performatividade e da gestão de resultados tendo no SIGE um sistema de monitoramento, pode ser examinada também através do olhar de conceitos foucaultianos. Em destaque a governamentalidade que designa o conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que visam a condução da conduta dos indivíduos e populações. Destacando assim, governamentalidade é a arte de governar condutas por técnicas e racionalidades (Foucault, 2008).

A análise da importância do contexto é crucial nesta perspectiva, englobando dimensões situadas, profissionais, materiais e externas (Ball; Maguire; Braun, 2016). O uso do SIGE varia significativamente dependendo das especificidades de cada escola, dos recursos disponíveis, da cultura profissional da equipe, das pressões externas e das características específicas dos estudantes e do modelo pedagógico. A experiência vivenciada, e notadamente no CEJA, demonstra que a aplicabilidade e a funcionalidade percebidas do sistema são profundamente moldadas por essas contingências contextuais.

Discute-se aqui, também, de que maneira o SIGE se articula com as lógicas da performatividade e da *deliverology*, ao operar como ferramenta central de monitoramento de resultados, servindo de base

para o estabelecimento de metas e intervenções. Performatividade refere-se a uma cultura de responsabilização baseada em métricas e resultados, na qual o valor dos profissionais e instituições é medido por seu desempenho em indicadores externos (Ball, 2007). Já a *deliverology* é uma abordagem gerencial que organiza a ação pública a partir de metas, prazos e monitoramento contínuo (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Dessa forma, o sistema contribui para moldar a prática dos atores escolares sob a ótica da gestão de desempenho e da *accountability* (Ball, 2007). Esse uso do SIGE reflete a lógica da cadeia de entrega (*delivery chain*) aprofundada por Ball, Maguire e Braun (2016), que estrutura uma relação linear entre planejamento, execução e resultados ao conectar as ações das escolas aos objetivos definidos pelos níveis centrais do sistema.

Considera-se, assim, a discussão sobre a digitalização e a hiperburocracia na administração educacional (Afonso, 2020). A introdução de sistemas digitais, embora prometa eficiência, pode paradoxalmente criar camadas de burocracia e aumentar o controle centralizado. A dificuldade em adaptar o SIGE às operações mais específicas em contextos atípicos ilustra essa tensão e a rigidez potencial da digitalização, demonstrando uma desconexão entre o sistema digital e a realidade local.

SIGE E O MONITORAMENTO ESCOLAR: FERRAMENTA DE GESTÃO E ATUAÇÃO DE POLÍTICAS

Em face dos desafios da sociedade contemporânea e da complexidade da gestão educacional, que exige a mobilização de diversas competências para alcançar resultados de aprendizagem, o desenvolvimento e a utilização de sistemas de informação, como o SIGE, emergem como ferramentas cruciais. Tais sistemas visam a otimizar a coleta, o monitoramento, o acompanhamento e a sistematização de dados, facilitando a gestão da informação e, por extensão, a própria gestão escolar.

Para Lück (2009, p. 106),

[...] nenhuma organização pode realizar bem o seu trabalho e prosperar, sem que tenha bons registros e documentação sobre o trabalho que realiza, de modo que possa, a qualquer momento, fazer uso das informações correspondentes, tomar decisões objetivas e também prestar contas de seu trabalho (Lück, 2009, p. 106).

A partir dessa perspectiva, percebemos que a implementação de sistemas como o SIGE alinha-se a tendências contemporâneas na política educacional, principalmente ao compilar e organizar dados sobre matrícula, notas, frequência, lotação de professores, rede física e outros aspectos da vida escolar. Essa sistematização torna a compreensão da escola e seus processos mais calculáveis e visíveis, mas, como consequência, enfatiza e força a gestão a gerar resultados e a prestar contas, fenômenos frequentemente associados aos conceitos de performatividade e *deliverology*, como já supracitados neste artigo (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Como uma ferramenta de monitoramento, o SIGE permite o acompanhamento sistemático dos processos de implementação, verificando ritmo, uso de recursos e aplicação de ações em relação aos resultados pretendidos. Isso auxilia o diretor escolar, responsável pelo funcionamento administrativo e

pedagógico, a tomar decisões e planejar intervenções para a melhoria dos resultados educacionais. O sistema permite, assim, analisar cenários para a tomada de decisões de forma consciente. Ou seja, o monitoramento e a medição por meio de sistemas constituem técnicas que contribuem para um novo tipo de profissionalismo técnico, mas que transformam o espaço educacional em uma "máquina de aprendizagem" para supervisão e hierarquização (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Nesta perspectiva, o sistema se apresenta como uma tecnologia de governo, estruturando o campo de ação dos atores escolares de modo a torná-los sujeitos governáveis. O monitoramento contínuo de resultados, centrado no SIGE, reflete o funcionamento dos dispositivos de segurança, que gerenciam a incerteza, os riscos, através do cálculo de probabilidades e da regulação. Em vez de atuar por coerção ou disciplina, essa racionalidade se alinha à governamentalidade neoliberal, pois busca intervir não diretamente nos sujeitos, mas sim no ambiente escolar, estimulando a autorregulação dos atores escolares (Castro-Gómez, 2012).

A utilidade do SIGE é amplamente percebida pelos gestores no cotidiano escolar, sendo considerado como necessário para o acompanhamento de pequenos processos, como o registro de aulas, frequência e resultados de avaliações. É percebido como o "coração da gestão" da escola, tanto administrativa quanto pedagógica. A ferramenta possibilita a análise de cenários e a otimização da tomada de decisões, sendo a base para o planejamento e a organização da escola (Moreira, 2019).

Assim, percebemos que mais do que uma simples ferramenta administrativa, o SIGE integra o cotidiano escolar e participa da atuação de políticas (*enactment*), um conceito proposto por Ball, Maguire e Braun (2016) para analisar como as políticas são "encenadas", interpretadas e materializadas nas escolas, rejeitando a noção de mera implementação linear ("de cima para baixo"). O sistema SIGE atua como um artefato e um ator não-humano na rede de relações da política educacional, mediando, traduzindo e influenciando as práticas. Os dados e gráficos gerados pelo sistema tornam-se parte das dimensões discursivas e interpretativas do trabalho com políticas (Ball; Maguire; Braun, 2016), moldando a maneira como as prioridades são definidas e comunicadas na escola.

Além da própria Escola, o SIGE é amplamente utilizado como ferramenta de gestão pelas equipes da SEDUC, em especial para monitorar e apoiá-las. Estas equipes analisam os dados compilados para sugerir práticas que venham a potencializar positivamente os resultados advindos do fazer escolar. Assim, percebe-se que o sistema contribui no diagnóstico do engajamento das equipes e na contextualização do acompanhamento pedagógico dos estudantes, subsidiando o repensar da prática docente e o redesenho de intervenções dos gestores para maior eficácia nos processos de ensino-aprendizagem.

Para Ball e Youdell (2007), a centralidade dos dados e do monitoramento reforça a "lógica de conformidade" e os "imperativos de desempenho" característicos das políticas educacionais contemporâneas. Nesse contexto, o acompanhamento próximo do progresso dos estudantes, especialmente daqueles em risco de "fracasso escolar", como a reprovação ou o abandono, é intensificado por meio de análises detalhadas de dados.

No entanto, a atuação das políticas mediadas por sistemas como o SIGE não se dá de forma homogênea, uma vez que sua materialização é influenciada por fatores contextuais específicos de cada escola (Ball; Maguire; Braun, 2016), incluindo aspectos situacionais (como o perfil dos estudantes e a localização das comunidades escolares), culturais-profissionais (coletivo de professores, trajetória e experiência acadêmica dos estudantes) e materiais (infraestrutura, disponibilidade de recursos).

O sistema opera, portanto, em uma variedade de contextos situados, podendo enfrentar limitações importantes. Um claro exemplo disso é o uso do SIGE nos CEJAs, como já citado, onde a ferramenta, embora funcional para controle de matrícula e dados básicos do estudante, não se adequa plenamente às especificidades pedagógicas e avaliativas dessa modalidade de ensino, exemplo disso são os registros básicos como frequência de atendimentos e notas que ainda são feitos manualmente (em arquivos físicos) ou por meio de sistemas paralelos, adquiridos com recursos da própria escola. Tal situação ilustra como as políticas, e as tecnologias que as materializam, são interpretadas e postas em prática de formas distintas em função das particularidades de cada escola e de seus contextos específicos. Evidencia-se, assim, a necessidade de constante adaptação e apropriação das ferramentas de gestão pelos sujeitos que as utilizam (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Apesar das potencialidades tecnológicas voltadas ao monitoramento e à organização, é fundamental que sistemas como o SIGE não se limitem a representar instrumentos de poder para excluir ou omitir informações. Ao contrário, é necessário que esses sistemas sejam apropriados e utilizados de forma ativa pelos sujeitos envolvidos. A reflexão sobre o uso da tecnologia deve ir além da valorização da ferramenta em si, buscando sua apropriação com intencionalidade educativa, de modo que ela esteja a serviço dos objetivos da educação e não apenas das lógicas de gestão e controle de dados sob uma perspectiva fiscalizadora (Moreira, 2019). A introdução de plataformas e tecnologias de monitoramento no setor público, embora apresente algumas vantagens, também intensificou o controle centralizado e a burocratização dos processos, resultando, em muitos casos, em um fenômeno de hiperburocratização (Afonso, 2020). Essa "rigidez da ameaça" pode, inclusive, pressionar os sujeitos à conformidade com a agenda dominante (Ball; Maguire; Braun, 2016).

No contexto mais amplo, essa lógica de gestão por resultados e monitoramento via sistemas se insere em um cenário onde o "estado de mercado" tende a hierarquizar os coletivos sociais e mercantilizar os direitos humanos. A educação, nesse contexto, pode ter uma função política de formar para a inserção hierárquica no mercado, e o sistema escolar pode reforçar essas hierarquias através de sua estrutura. A gestão dos direitos humanos, incluindo o direito à educação, carrega uma tensão histórica de decretar alguns coletivos como "deficientes em humanidade" (Arroyo, 2023).

Dessa forma, a gestão de sistemas como o SIGE precisa ser acompanhada de uma vigilância epistemológica (Mainardes, 2017) e de uma postura crítica (Afonso, 2020) para garantir que a tecnologia contribua para uma análise aprofundada da realidade e para a afirmação humana (Arroyo, 2023) e não para reduzir-se a um uso técnico-instrumental descolado dos objetivos pedagógicos e sociais da educação. Há

uma necessidade de investir-se em uma gestão da educação que se redirecione para um "estado de direitos", não de mercado, e que fortaleça os sujeitos na luta por seus direitos (Arroyo, 2023).

O ACOMPANHAMENTO AO SIGE PELA SUPERINTENDÊNCIA ESCOLAR: OLHARES CRÍTICOS OU MONITORAMENTO?

Como já discutido, as informações disponíveis no SIGE são essenciais para subsidiar a gestão escolar, fornecendo suporte à implementação dos objetivos educacionais. Lück (2009) destaca que nenhuma organização prospera sem registros e documentação adequados para a tomada de decisões e a prestação de contas. Assim, a adoção de tecnologias como o SIGE na administração pública educacional acompanha as tendências contemporâneas voltadas ao aprimoramento dos processos decisórios, pautados em dados quantitativos e qualitativos e na lógica da gestão por resultados (Moreira, 2019). Esse modelo prioriza a eficiência dos serviços educacionais por meio do uso de evidências, buscando maior assertividade nas decisões (Moreira, 2019). Portanto, sistemas como o SIGE tornam-se fundamentais para uma gestão informada, capaz de processar rapidamente grandes volumes de dados e compreender melhor o contexto escolar.

Neste contexto, a Superintendência Escolar se insere em uma estrutura organizacional mais ampla da SEDUC. O seu foco de atuação balizado por indicadores e monitoramento não é recente, remontando a experiências anteriores, como o Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP), regulamentado pela Lei Estadual nº 12.711/1997 (Ceará, 1997). O SAP já visava ao acompanhamento de indicadores educacionais, funcionando como um instrumento de monitoramento focado em detectar pontos fortes e fragilidades, intensificando estratégias de melhoria da qualidade do ensino, o que só era possível com o fortalecimento das ações de acompanhamento às escolas (Freitas, 2017).

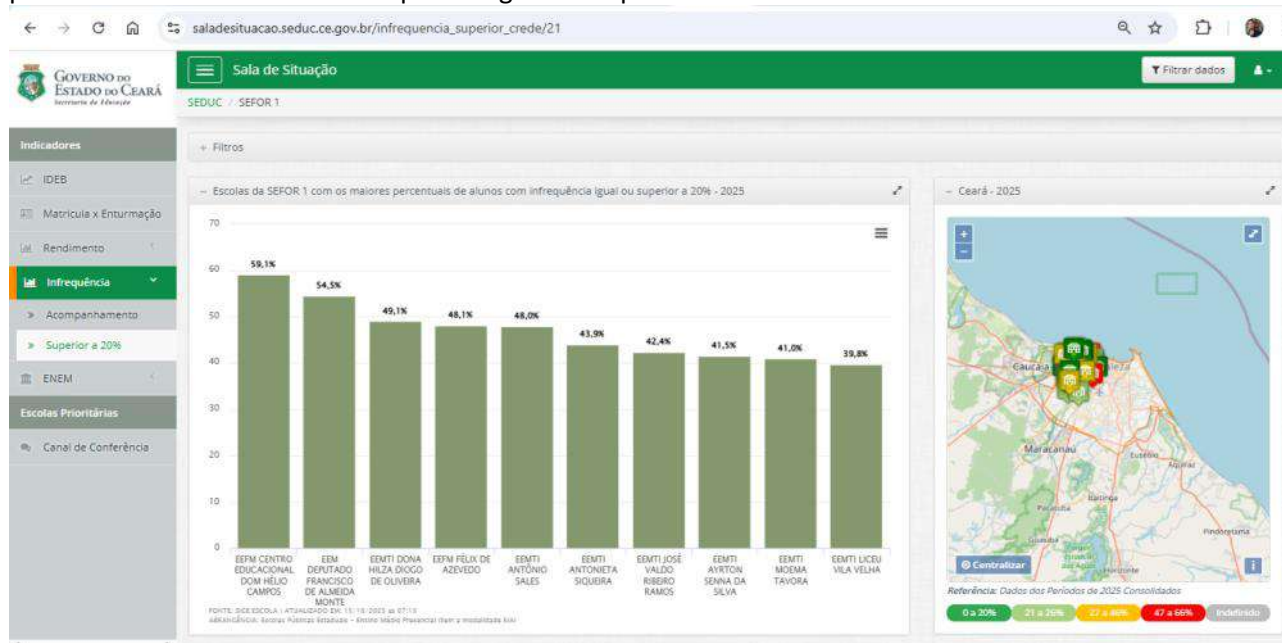
A Superintendência Escolar, ciente da importância estratégica do SIGE, utiliza o sistema para acompanhar de forma mais eficaz o trabalho das escolas. O fluxo de informações gerado pelo SIGE orienta a atuação dos dirigentes educacionais (Moreira, 2019), permitindo uma visão panorâmica da rede de ensino. Com base nos dados, o superintendente colabora com a gestão escolar na proposição de práticas que aprimorem os resultados pedagógicos e administrativos. Essa análise permite diagnosticar o engajamento das equipes, medir a corresponsabilidade e apoiar o acompanhamento individualizado dos alunos, favorecendo a reflexão docente e o redesenho de intervenções pelos gestores escolares (Moreira 2019).

A atuação da Superintendência Escolar tem como objetivo fomentar um movimento de reflexão e ação em torno de três eixos principais: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão. Essa ação estratégica procura oportunizar aos diretores sair da rotina para refletir sobre objetivos macros e a rotina escolar, preservando a autonomia da escola e fortalecendo sua liderança. Em princípio, a Superintendência não deve supor intervenção direta, mas sim um acompanhamento que propicie o

alinhamento das ações com os programas e projetos da Seduc e as metas de qualidade do ensino (Ceará, 2024a).

Nessa perspectiva, a Superintendência Escolar deve realizar o acompanhamento da gestão escolar com foco na permanência e na melhoria da aprendizagem, promovendo um circuito permanente de reflexão e ação. Para isso, o superintendente monitora indicadores cruciais como frequência de estudantes e professores, abandono, promoção e desempenho acadêmico, entre outros. Os dados que compõem esses indicadores são coletados no SIGE Escola e transformados em informações gráficas (Figura 2), capazes de serem lidas e analisadas. Corroborando a centralidade do sistema, é relevante notar que diretores escolares da rede se utilizam do SIGE para monitorar o rendimento e a frequência dos alunos, compartilhando gráficos em reuniões pedagógicas e conselhos de classe como base para análise e tomada de decisões.

Figura 2 – Tela da Sala de Situação do SIGE, evidenciando as Escolas de uma regional com os maiores percentuais de alunos com infrequência igual ou superior a 20% no ano letivo de 2025



Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Nome do sistema ou base de dados. Disponível em: link interno. Acesso restrito. https://saladesituacao.seduc.ce.gov.br/infrequencia_superior_crede/21. Acesso em: 10 jan. 2026.

Nota: A fonte dos dados corresponde a sistema eletrônico interno da Secretaria de Educação do Estado, com acesso restrito a servidores autorizados. O conteúdo não é de domínio público. O acesso aos dados ocorreu mediante permissão institucional específica para fins acadêmicos.

Porém, numa gestão escolar voltada para resultados, o SIGE se apresenta como uma tecnologia de monitoramento e controle, onde o governo se faz presente, mas governando a distância. Assim, este sistema contribui para a produção do sujeito como empresário de si mesmo, articulando o governo da coletividade com o governo do indivíduo ao conectar as práticas pedagógicas da escola a objetivos e metas mais amplos da política educacional (Santos; Vilarinho, 2021).

Sob a ótica da teoria da atuação de políticas (*policy enactment*), o uso do SIGE pela Superintendência e pelas escolas representa e integra o processo pelo qual as políticas são interpretadas e

materializadas na prática. Como artefato técnico, o SIGE opera na chamada cadeia de entrega (*delivery chain*), conectando metas políticas à prática escolar, frequentemente orientada por lógicas de desempenho e competitividade. Essa "cadeia de entrega" cria hierarquias de "expectativas" que ligam a prestação de serviços, desde a linha de frente, o professor, até o Ministério da Educação, garantindo um "foco nítido" nas prioridades de desempenho (em vez dos propósitos). Tais táticas produzem "pressões", "consciência" e "foco" nos padrões, funcionando como uma nova metanarrativa da escolaridade como performance e desempenho (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Esse processo se insere em um projeto político mais amplo que relaciona a educação à competitividade nacional e aos discursos da globalização, pressupondo a transformação de alunos e professores em cidadãos economicamente úteis. Essa tecnologia de desempenho visa a incutir uma "cultura de desempenho" nas escolas, constituindo um "sistema de regulação" que estabelece fortes vínculos entre o micromundo de interações da sala de aula e os objetivos de nível macro de padrões e realizações. Os indicadores de desempenho, como tabelas classificatórias, formam um cenário constante para a prestação de contas de políticas dentro das escolas.

Ao transformar a escola em um "centro de cálculo" (Ball; Maguire; Braun, 2016), um espaço no qual a informação é utilizada por profissionais de forma legítima, o sistema possibilita a vigilância, a hierarquização e a conformação de alunos e professores a padrões esperados (Ball; Maguire; Braun, 2016). O SIGE, como tecnologia de monitoramento e avaliação, contribui para que o espaço educacional seja transformado em uma "máquina de aprendizagem", uma máquina para "supervisão, hierarquização e gratificação" (Foucault, 1979 *apud* Ball; Maguire; Braun, 2016).

Tais tecnologias de avaliação, como sistemas de *software* de rastreamento, utilizam pequenas técnicas de notação, que trabalham para organizar fatos em colunas e tabelas para representar os estudantes. A análise dos dados feita pela Superintendência, ao orientar intervenções pedagógicas, insere-se integralmente nessa lógica de responsabilização e busca por resultados. Entretanto, a leitura crítica dos dados exige uma base teórico-epistemológica sólida (Mainardes, 2018; Moreira, 2017), com vigilância sobre os riscos de uma análise instrumental e descontextualizada (Mainardes, 2018).

A política de padrões, ao operar por meio de indicadores específicos, que geram tabelas de classificação e estabelecem padrões de referência, orienta e redefine o foco institucional (Ball; Maguire; Braun, 2016). Nesse movimento, ela acaba por induzir as escolas a priorizarem os alunos considerados "limítrofes", ou seja, aqueles próximos da nota de corte, no âmbito da chamada "economia de A-C". Essa economia diz respeito à forma como as escolas passam a administrar a maquinaria de padrões e desempenho, organizando seu trabalho em função da métrica do *General Certificate of Secondary Education* (GCSE), um importante tipo de indicador de desempenho escolar. Trata-se do ponto em que os esforços e intervenções da escola são percebidos como capazes de produzir maior influência nos resultados gerais (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Essa lógica de desempenho totalizante, amplamente disseminada por métodos e rotinas, naturaliza os resultados como uma obviedade política e busca consolidar uma “lógica necessitarista” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 265). Tal lógica é produzida pela coerência, repetição e insistência de um mecanismo de objetivação e visibilidade que define de maneira cada vez mais nítida o que as escolas precisam fazer. Ao fazê-lo, legitima e naturaliza um conjunto complexo de práticas e valores, orientando o esforço escolar para o cumprimento de metas. Embora as escolas frequentemente justifiquem essas ações como iniciativas de inclusão social, visando a garantir credenciais e qualificações para estudantes historicamente mal atendidos, permanecem questões sobre se as formas de ensino e aprendizagem mobilizadas de fato atendem às necessidades desses alunos (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Contudo, essa pressão implacável por elevar os padrões, vista como a perseguição implacável do inatingível (Barker, 2010 *apud* Ball; Maguire; Braun, 2016), pode gerar “desconfortos” e custos emocionais para os professores, pois a tecnologia não responde ao desânimo ou à dissidência. Em muitos casos, os professores sentem que a criatividade é “morta” pela lógica dirigida do desempenho.

É crucial levar o contexto a sério, pois as dimensões contextuais são moldadas e influenciadas por fatores específicos da escola que funcionam como restrições, pressões e facilitadores da atuação de políticas. Esses fatores incluem contextos situados (localidade, histórias escolares, matrículas), culturas profissionais (valores, experiências dos professores), contextos materiais (funcionários, orçamento, edifícios, tecnologia, infraestrutura) e contextos externos (apoio das autoridades locais, pressões de inspeções ou tabelas classificativas). Esses elementos constituem a “materialidade” da política e as escolas encenam políticas em circunstâncias nem sempre de sua própria escolha (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Para que a informação sustente práticas transformadoras, é necessário ir além da descrição estatística, promovendo a reflexividade e a clareza teórica no uso dos referenciais. Neste sentido, a função da Superintendência é essencial. O superintendente escolar tem como atribuição facilitar a percepção *in loco* das condições de trabalho dos profissionais, dos esforços, sucessos e dificuldades das escolas. Além disso, a visita mais próxima permite ao superintendente conhecer o estilo de trabalho do diretor e da equipe gestora, bem como descobrir as carências e as necessidades da escola. Tudo isso deve ser feito sempre em busca das escolas se constituírem em um ambiente acolhedor que favoreça o aprendizado e a permanência dos estudantes (Brasil, 2004).

Embora a informatização traga avanços na sistematização de processos (Oliveira, 2021), o uso crescente de plataformas informáticas pelo Estado e pela administração pública, apesar de vantagens, pode aumentar consideravelmente o controle centralizado, reatualizando e multiplicando, paradoxalmente, os processos burocráticos. A hiperburocracia nas organizações educativas, perante fenômenos de alta racionalização e informatização, merece ser investigada, teórica e empiricamente. Essa lógica pode reforçar o controle centralizado e a hiperburocracia (Afonso, 2020), gerando pressões por conformidade e eficiência (Ball; Maguire; Braun, 2016). Nesse contexto, é fundamental que sistemas como o SIGE sejam apropriados pelos sujeitos, e não apenas instrumentos de exclusão ou vigilância (Moreira, 2019).

Dessa forma, entende-se que também é papel da Superintendência promover sensibilização e formação para garantir que a leitura dos dados respeite a complexidade da prática escolar e contribua com uma educação voltada à justiça social (Arroyo, 2023). Essa sensibilização e formação articulam-se com as competências essenciais requeridas para a atuação do superintendente escolar, nomeadamente a liderança, a comunicação e a organização. A liderança, definida como a capacidade de influenciar legitimamente o comportamento das pessoas para a consecução de objetivos institucionais, exige que o superintendente atue como tutor e monitor, desenvolvendo relações de cooperação e mobilização de recursos orientados para resultados.

O propósito da liderança é alcançar e manter o engajamento e comprometimento das pessoas com o trabalho orientado para os fins institucionais (Bergue, 2019). A comunicação, por sua vez, deve ser um processo de duas vias, baseado na escuta ativa e no encorajamento do diálogo, sempre com clareza, coerência e buscando a persuasão, tratando os assuntos em uma ordem coerente, estabelecendo as relações de causa e efeito.

Para que o campo da política educacional se fortaleça, é essencial dar maior atenção ao processo de formação de pesquisadores, incluindo o estudo da epistemologia e a ênfase no papel da teoria na pesquisa (Mainardes, 2017). Em síntese, o acompanhamento do SIGE pela Superintendência representa uma gestão orientada por dados, inserida em dinâmicas de poder, interpretação e atuação de políticas (Ball; Maguire; Braun, 2016). O acompanhamento é concretizado por meio de visitas mensais às escolas, encontros sistemáticos com diretores e diálogos individuais.

Para que essa prática seja de fato emancipadora e promova qualidade do ensino de forma humana e com equidade, é necessário que esteja fundamentada teoricamente e que as equipes sejam criticamente orientadas e sensíveis às realidades dos sujeitos escolares. Os estudos de Políticas Educacionais, muitas vezes, colocam a reforma neoliberal em oposição às questões de equidade e justiça social, sendo necessário traçar os padrões de exclusão, divisão e categorização produzidos pela política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar as potencialidades e os desafios do uso do SIGE como ferramenta de apoio à gestão em Escolas Estaduais no Ceará. Constatou-se que esse sistema oferece um arcabouço robusto para a compilação e sistematização de dados, o que, em tese, pode instrumentalizar o planejamento de intervenções e subsidiar a tomada de decisões no cotidiano escolar (Moreira, 2019). Entretanto, uma análise crítica demanda ir além da descrição das funcionalidades e da percepção inicial de utilidade, exigindo a problematização de seus fundamentos e impactos práticos.

A inserção e o uso de tecnologias como o SIGE não ocorrem em um vácuo técnico ou pedagógico; são processos intrinsecamente políticos, inseridos em contextos sociais, materiais e discursivos complexos (Ball; Maguire; Braun, 2016). Notadamente os estudos sobre atuação de políticas (*policy enactment*) e sua literatura contemporânea apontam que políticas e as ferramentas que as veiculam não são simplesmente

"implementadas" de forma linear (Ball; Maguire; Braun, 2016; Mainardes, 2006). Pelo contrário, elas são interpretadas, traduzidas e recontextualizadas pelos atores no chão da escola (Mainardes, 2018).

Nesse processo de atuação, as realidades materiais (como recursos e infraestrutura) e os discursos dominantes, como os de desempenho e performatividade, moldam o modo como as tecnologias são utilizadas e os dados são percebidos e agenciados. A ênfase do SIGE na gestão por resultados e na elevação de indicadores educacionais aponta para uma convergência com a lógica de *deliverology* e performatividade, que têm marcado as políticas educacionais, especialmente em um contexto global de avanço do estado de mercado e de lógicas gerenciais na educação. O uso intensivo de dados e indicadores, embora possa parecer tecnicamente neutro, pode, na prática, reforçar uma cultura escolar voltada para a métrica e o ranqueamento, potencialmente deslocando o foco de processos pedagógicos mais complexos e de debates essenciais sobre justiça social e equidade (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Possíveis formações para o uso do SIGE devem ir além da simples capacitação técnica. Recomenda-se um processo voltado à construção de um letramento digital e informacional crítico e à manutenção de uma postura epistemológica atenta, de modo que os dados e os instrumentos tecnológicos sejam utilizados pelos sujeitos com consciência, reflexão e compromisso ético-político com a educação como direito humano, com a equidade e com a valorização da escola pública democrática.

Apropriar-se criticamente desses recursos envolve a habilidade de problematizar os dados, questionar as lógicas subjacentes que os sistemas podem sugerir (como a ênfase desmedida em resultados), e empregar essas informações na consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a justiça social, especialmente em benefício daqueles historicamente desfavorecidos.

Em suma, embora o SIGE ofereça inegáveis potenciais para a organização da informação e o suporte à gestão escolar, seu uso efetivo e pedagógico depende de um processo contínuo de apropriação crítica por parte dos atores escolares. A pesquisa em política educacional tem o papel fundamental de desvelar as relações de poder inscritas nessas tecnologias e práticas de gestão de dados, incentivando a reflexividade e a resistência ativa contra as tendências que visam a reduzir a complexidade da educação à gestão de indicadores e a submeter a escola pública à lógica do mercado.

Uma gestão da educação com justiça social, no contexto de avanço do estado de mercado, exige que as ferramentas tecnológicas sejam subvertidas para servir a um projeto político-pedagógico comprometido com a reinvenção da escola pública e a ampliação dos direitos.

Nesse horizonte, a reflexão crítica construída ao longo deste estudo também aponta para a necessidade de considerar como novas tecnologias podem aprofundar, ou tensionar, essas dinâmicas. Baseado na utilização da inovação tecnológica, conforme realizado por Gibin *et al.* (2023), em perspectivas futuras, seria interessante integrar o SIGE com o recurso de Inteligência Artificial (IA), permitindo novas análises dos dados, bem como oferecer um maior suporte para tomada de decisões dos gestores e superintendentes. A integração do SIGE com IA pode contribuir com a gestão escolar, além de permitir a antecipação de problemas. As vantagens incluem análise preditiva de problemas potenciais, como

desempenho acadêmico de alunos, frequência e evasão escolar e necessidades de melhorias na infraestrutura física, sendo, assim, mais um auxílio ao acompanhamento das unidades escolares. Não obstante, tal recurso também pode fornecer alertas e notificações para ações preventivas e recomendações personalizadas para gestores e professores. É importante lembrar que a IA é uma ferramenta de apoio à decisão, não substituindo a análise humana. Afinal, é fundamental validar os dados gerados antes de tomar decisões.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Armando Jorge. Estado, Políticas e Gestão da Educação: resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 277-302, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol36n22020.103519>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/103519>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Azevedo. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Reconstruir o Estado de Direitos. Reinventar outra gestão do direito à outra educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.134291>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/134291/90804>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 547–564, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J.; YOUDELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública**. Instituto de Educación, Universidad de Londres, 2007.

BASSO, Denise. Pesquisa baseada na prática: a implicação do pesquisador na produção de conhecimento. *In*: FRANCO, Maria Amélia Santoro; LÜDKE, Marli. **Pesquisa em educação: diversos olhares**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 141-157.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público**. Brasília: Enap, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da qualidade na educação: caderno de consulta**. Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Tejidos oníricos: movilidad, capitalismo y biopolíticas en Bogotá (1910-1930)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

CEARÁ. (Estado). Assembleia legislativa do Estado do Ceará. **Lei n. 12.711, de 17 de julho de 1997**. Dispõe sobre a percepção da gratificação que indica. Fortaleza: Assembleia legislativa do Estado do Ceará, 1997. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/fiscalizacao-e-controle/item/2397-lei-n-12-711-de-17-07-97-d-o-de-30-07-97>. Acesso em: 15 out. 2025.

CEARÁ. (Estado). Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Cartilha da superintendência escolar**: guia para o fortalecimento da atuação das/os superintendentes escolares. 2. ed. Fortaleza, CE: Secretaria da Educação, 2024a. PDF. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2024/05/cartilha_superintendencia_escolar_2024.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

CEARÁ. (Estado). Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Sistema Integrado de Gestão Escolar**. 2024b. Disponível em: <https://sige.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Maria Marlene Vieira. **A Superintendência Escolar na rede pública estadual de ensino do Ceará: perspectivas e desafios**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5886>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GIBIN, Gustavo Bizarria; EUGENIO, Ingrid Domene; SILVA, Leonardo Augusto Natércio da; SANTOS, Caio Murilo dos. Inteligência artificial frente a resolução de exercícios de química: um estudo exploratório com o ChatGPT. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 20, n. 1, p. 461–476, 2023. DOI: <https://10.5747/ch.2023.v20.h571>. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4786>. Acesso em: 13 out. 2025.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWntVxYtCQHCFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 178-195, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230034>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e173480, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698173480>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/HvzD9vdbHTjX7pbJgzsmQBS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOREIRA, Lenilson Passos. Enfoques e abordagens para a análise de políticas educacionais: primeiras aproximações. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, [S.l.], v. 2, p. 1-14, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.008>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10493>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOREIRA, Lídia Eliane Dutra. **Desafios e perspectivas na utilização do SIGE e da Sala de Situação no âmbito das escolas estaduais de educação profissional da SEFOR**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://mestrado.caedufjf.net/desafios-e-perspectivas-na-utilizacao-do-sige-e-da-sala-de-situacao-no-ambito-das-escolas-estaduais-de-educacao-profissional-da-sefor-1/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo de; FERREIRA, Rosilda Arruda. A construção do problema na pesquisa sobre política educacional: contribuições para o debate. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 37, n. 1, p. 243–265, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol37n12021.104644>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/104644>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A pesquisa (auto)biográfica: dizer de si e o desafio (re)existencial. *In*: PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). **Memória, (auto)biografia e pesquisa: tendências e desafios**. Natal: EDUFRN, 2011. p. 11-29.

SANTOS, Ana Lúcia Felix; VILARINHO, Emília. Regulação e *accountability* na (re)configuração das políticas para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 37, n. 3, p. 1161-1180, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol37n32021.104999>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932021000301161. Acesso em: 10 out. 2025.

Submetido: 14/10/2025

Correções: 17/11/2025

Aceite Final: 09/02/2026